INEFICÁCIA DO TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA NO ATUAL SISTEMA BRASILEIRO SEGUNDO A PSICOLOGIA JURÍDICA.

Alessandra Patricia Steffens¹

Ildo Miguel Werle²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo precípua priorizar a realidade do Brasil, demonstrando a ineficácia das sanções penais impostas ao psicopata pelo Estado a partir da Psicologia Jurídica. Quando pensamos em um psicopata acreditamos, unicamente, na presença do mal, pessoas frias e perversas com mentes vazias e fisionomia impactante e tendência a serem criminosos. No entanto são pessoas comuns que estão conosco, ágeis, inteligentes e perigosamente imperceptíveis que convivem perto de nós que visam apenas o próprio benefício. A pesquisa desenvolvida para a criação deste, foi realizada utilizando-se artigos, livros de diversos autores, amparando-se no Código Penal brasileiro, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em legislações infraconstitucionais.

Palavras Chaves: Psicopata. falta de legislação. tratamento.

SUMÁRIO:

Introdução; 1. Psicopata, 2. Psicopata sob a ótica da psicologia jurídica, 3. Das Formas de tratamento segundo a psicologia jurídica, 4. Das sanções jurídicas para o psicopata, 5. Falta de legislação, 6. Considerações finais, 8. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir do interesse pelo estudo do tratamento dado aos portadores de psicopatia na realidade brasileira, pelo aspecto polêmico do tema, tendo em vista a ineficácia, a incompreensão e a falta de tratamento adequado fornecido ao psicopata no atual sistema.

Entretanto nenhuma discussão será completa, se não aprofundar assuntos relacionados ao campo da ética, da moral, da medicina, da psicologia, do direito, da antropologia, da sociologia e da religião. Se, de um lado é verdade, de outro, não podemos olvidar, que no presente trabalho, até mesmo pelo título que

¹ Acadêmica do 10º período do Curso de Direito da Universidade do Vale de Itajaí – UNIVALI. alepati1@yahoo.com.br.

² Mestre em Filosofia - Graduado em Psicologia, Filosofia e Teologia. Professor efetivo no Curso de Direito - Campus Itajaí - UNIVALI, iwerle@univali.br.

ostenta, a nossa proposta é bem mais específica. Vale dizer que somente irá ocupar-se de alguns aspectos do tema, sem, contudo desconhecer os demais ramos do conhecimento aos quais a temática da Psicopatia está diretamente relacionada.

Expõe-se o tema sob a ótica da Psicologia Jurídica inserido na sociedade. Neste sentido percebe-se que este tema vem preocupando a Psiquiatria, a Psicologia Jurídica e o Sistema Jurídico.

O presente artigo tem como objetivo precípua demonstrar a ineficácia das sanções penais a eles impostas pelo Estado ao psicopata, priorizando a realidade do Brasil. A pesquisa será desenvolvida no âmbito da Psicologia Jurídica, fazendo uma abordagem do ponto de vista jurídico.

Neste intuito serão abordados alguns aspectos relacionados ao tema como a definição do termo psicopata, tanto no ordenamento jurídico quanto pela Psicologia Jurídica, as sanções a eles impostas pelo Estado, apontando as formas de tratamento e sua ineficácia perante o atual sistema assim como a falta de legislação para ampará-los.

Pode-se então antecipar que este artigo tem como propensão final trazer uma nova visão sobre o tema propondo uma melhoria na qualidade de vida do indivíduo em questão.

1. PSICOPATA

Certas anomalias da personalidade resultam no desajuste à vida social, a personalidade psicopata é uma dessas inaptações que provoca no indivíduo reações psicológicas o tornando incapaz de equilíbrio mental.³

No domínio forense, o psicopata está relacionado com a reincidência criminal⁴, na definição de Jorge Trindade:

Psicopatas são agentes desorganizadores que colocam em risco permanente o direito dos outros e a ordem dos grupos.⁵

Sabe-se que nosso nível de consciência pode ser alterado por diversos fatores, como traumas e acidentes. Deve-se deixar claro que a consciência

³ EY, Henry. Manual de psiquiatria. p.369.

⁴ TRINDADE, Jorge. Psicoapatia - a máscara da justiça. p.24.

⁵ TRINDADE, Jorge. Psicoapatia - a máscara da justiça. p.24.

é que nos da habilidades para amar, ser gentil e emotivos. Sabe-se que um psicopata não possui um nível alto de consciência o que os leva a ter comportamentos desprovidos de afetividade. Todo e qualquer ato destes são unilaterais onde só há um beneficiado, eles.

Em contato com o termo psicopata, pressupõe-se ser um portador de desordem da personalidade. A autora do livro *Mentes Perigosas*, descreve os psicopatas como narcisistas e egocêntricos, pessoas que pensam muito e sentem pouco, estão sempre em busca do prazer e da auto-satisfação, possuem facilidade em ofender-se e tornar-se violentos, alertando também pelo fato dos psicopatas terem um alto poder de persuasão, inteligentes e manipuladores.⁶

O autor Jorge Trindade assim os define:

A personalidade do psicopata muitas vezes se expressa por meio de cognições disfuncionais e costuma apresentar déficits afetivos que importam um acentuado desapego aos sentimentos ausência de sensibilidade e a indiferença aos sentimentos alheios são características presentes nos psicopatas, o qual, inobstante, é capaz de dissimular e mascarar a realidade e inverter a verdade dos fatos em prejuízo alheio e benefício próprio, tendo em vista sua tendência ao egoísmo.⁷

No decorrer dos estudos denotou-se que, ao contrário que muitos pensam, os psicopatas não são loucos e que raramente consegue-se notar quando uma pessoa é psicopata. Eles, geralmente são muito inteligentes, cultos e sábios.

Nem todo psicopata é assassino, que sentem prazer em matar. Eles geralmente mandam matar, fazem-se de amigos, pessoas as quais você pode confiar, que está sempre ali para ajudar no que for preciso. São tão audaciosos que acabam com sua vida e fazem você acreditar que a culpa é sua; eles mentem de tal forma que eles mesmos acreditam nas próprias mentiras.

Vários autores vem estudando o tema inclusive Freud que em um de seus artigos (1924) constatou que a perturbação da percepção do mundo real é observada na psicose; neste mesmo artigo ele introduziu a “negação da realidade” para caracterizar a psicose.

⁶ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*

⁷ TRINDADE, Jorge. *Psicopatia - a máscara da justiça*. p.18.

Cabe ressaltar que os traços de psicopatia começam a se manifestar ainda na infância e estabilizam-se na idade adulta. Como descreve a autora Ana Beatriz Barbosa Silva:

Os psicopatas começam a exibir problemas comportamentais sérios desde muito cedo, tais como mentiras recorrentes, trapagens, roubos, vandalismo e violência. Eles também apresentam comportamentos cruéis contra os animais e outras crianças que podem incluir seus próprios irmãos, bem como os coleguinhas da escola.⁸

Sabe-se então que o psicopata já nasce e permanecem psicopatas, sendo para eles, uma maneira de ser e existir.⁹

Neste sentido devemos analisar as considerações sobre o tema pela Psicologia Jurídica, destacando como a mesma define o termo psicopata sob sua ótica.

2. PSICOPATA SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA JURÍDICA

A Psicologia Jurídica não serve somente para entender a mente dos praticantes do Direito. Não atua somente em presídios, mas também em outros casos como adoções e violências domésticas e tem como objeto a contribuição ao exercício de Direito. Salienta-se ainda que, oferecendo subsídios à Psicologia Jurídica colabora na decisão do juiz para aplicação de uma pena justa dentro do que a lei brasileira impõe.

Na concepção de Leila Maria Torraca de Brito destaca-se:

Temos clareza que o papel do psicólogo jurídico é oferecer ao sistema judiciário uma possibilidade diferente de realizar Justiça, abandonando uma visão linear para uma compreensão sistêmica circular dos fatos jurídicos.¹⁰

Em conjunto com a Psicologia Jurídica está a Psicologia Forense que objetiva estudar os distúrbios mentais em face dos problemas do judiciário e a necessidade de tratamento diferenciado aos semi imputáveis.¹¹

Há a necessidade dos psicólogos confrontarem o crime com a doença mental visto que nossos cárceres estão repletos de Psicopatas que nem

⁸ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. p. 88.

⁹ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. p. 89.

¹⁰ BRITO, Leila Maria Torraca. *Temas de Psicologia Jurídica*. p. 169.

¹¹ MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. *Direito Penal - Parte Geral*. p.26.

sequer entendem o motivo de estarem encarcerados e nem ao menos aprenderem com esta punição.

A psicologia jurídica busca estudar o comportamento do agressor, saber quais as causas que o levaram a cometer o delito, até que ponto vai sua capacidade mental, a limitação de sua responsabilidade penal, a imposição dos limites necessários e a comprovação de sua imputabilidade penal, para, possivelmente, retirar-lo do meio social e a internação em hospitais psiquiátricos, criar assim estruturas para que ele não volte a cometer crimes.

3. DAS FORMAS DE TRATAMENTO SEGUNDO A PSICOLOGIA JURÍDICA

Deve-se salientar que, o portador desta patologia, não tem recuperação, os psicopatas não aprendem com seus erros; pela falta de vínculo emocional, os resultados com terapia são ineficazes e de difícil aderência a qualquer tipo de tratamento.¹²

O livro Psicopata - a máscara da justiça salienta:

Esses indivíduos parecem também não aprender com seus erros. Uma experiência não elaborada não gera nenhum tipo de aprendizado. Com isso, pretendemos dizer que psicopatas não se beneficiam com o castigo. Daí advém a concepção de que eles são intratáveis, pois o seu comportamento antissocial não cede frente ao medo da punição capaz de inibir o comportamento de pessoas não psicopatas.¹³

Desta forma deve-se estar ciente de que o Estado não fornece um tratamento fidedigno aos doentes e deve-se deixar de lado a garantia de que a medida de segurança vai ajudar o paciente, evitando que o mesmo cometa novos crimes, sabe-se portanto que o tratamento fornecido não demonstra eficácia.¹⁴

Até os dias atuais não se dispõe de tratamento eficaz para controlar os psicopatas visto que estes não aprendem com os castigos. Pugna-se a carência de nosso sistema penal, uma vez que, não se tem meios eficazes para trabalhar com este tipo de criminoso, pressupõe-se que a terapia ocupacional, que tem por objeto estimular e auxiliar as pessoas que possuem dificuldades na inserção da

¹² TRINDADE, Jorge. Psicoapatia - a máscara da justiça. p.140/141.

¹³ TRINDADE, Jorge. Psicoapatia - a máscara da justiça. p.140.

¹⁴ GRECO, Rogério. Curso de direito penal. p.667.

participação do indivíduo na sociedade,¹⁵ seria uma alternativa para estes indivíduos para que seus dias sejam inteiramente ocupados não deixando espaço pra a ociosidade, visto que a arte da terapia ocupacional os ajudará a realizar tarefas importantes para seu dia a dia junto com a sociedade, mantendo assim um equilíbrio mental.

4. DAS SANÇÕES JURÍDICAS PARA O PSICOPATA

Desde 1830, o Brasil tem adotado o critério psicológico para a caracterizar a inimputabilidade por doença mental.¹⁶

No tempo atual, a sanção dos psicopatas encontra-se no art. 26 do Código Penal e art. 386, V do Código de Processo Penal, os quais referem-se às pessoas com perturbação mental dentre eles os psicopatas, salienta-se que estes terão sua pena diminuída de um a dois terços, visto que o psicopata não compreende o fato de que sua conduta é criminoso. Desta forma o deixa excluído de sofrer as punições previstas no Código Penal, sendo que a única punição serve como medida de segurança, tal como dispõe os artigos 97 do Código Penal, e art. 386, parágrafo único, III do Código de Processo Penal Brasileiro.

O Código Penal traz em seus artigos. 26 "caput", 27 e 28, § 1, os inimputáveis, que são os doentes mentais, menores de 18 anos e em casos onde o agente está sob estado de embriaguez acidental.¹⁷

Cabe ressaltar que o código não prevê quais são as doenças mentais inerentes a estes artigos assim como não há previsão codificada de tempo máximo para a medida de segurança aplicada a este sujeito; o Código Penal em seu artigo 97, parágrafo 1º assim prevê:

§ 1º - A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos¹⁸

¹⁵ ALESSANDRO, Ferreira Leite (ed) 'Terapia ocupacional' Disponível em: <http://www.devmedia.com.br/padroes-de-projeto/957#>>. Acesso em: 30 maio 2013.

¹⁶ CHALUB, Migel. Introdução a Psicologia Forense. p.17.

¹⁷ Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. p. 541.

¹⁸ Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. p. 519.

O artigo 96 do Código penal discrimina os tipos de medida de segurança impostas pelo Estado são elas:

- I - Internação em hospital de custódia tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado.
- II - Sujeição ao tratamento ambulatorial.¹⁹

Determina ainda a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º, inciso XVII, alínea b que não haverá pena de caráter perpétuo²⁰ e também alega o Código Penal no caput de seu artigo 75 que nenhuma pena poderá ser superior a 30 anos²¹, limitando assim o cumprimento da pena. Vislumbra-se então que a medida de segurança não pode ultrapassar o limite máximo de trinta anos.

É necessário a declaração da doença mental, no caso dos psicopatas a declaração se dará através de um exame psiquiátrico, sendo este exame o único que não pode ser determinado de ofício pelo delegado de polícia. Na abertura do IP a única pessoa competente para pedir o exame psiquiátrico é o juiz e este pode fazê-lo em qualquer uma das fases do processo criminal, desde sua inquisição até a fase executória.

Fala sobre o exame o autor Guido Arturo Palomba:

É uma das partes essenciais do relatório. Nela o perito entra com seu contingente pessoal de observação técnica. A observação deve ser pormenorizada e, tanto quanto possível, fiel e objetiva.²²

Descrição sobre o tema no livro Rotinas em Psiquiatria:

O laudo pericial costuma ser o mais relevante documento de natureza legal produzido pelo psiquiatra. É uma prova de natureza técnica ou científica, mandada realizar pelo juiz que dirige a instrução.²³

¹⁹ GRECO, Rogério. Curso de direito penal.p.665.

²⁰ Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. p. 10.

²¹ Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. p. 517.

²² PALOMBA, Guido Arturo. Psiquiatria Forense: noções básicas. p. 13.

²³ TABORDA, José G. V. Rotinas em psiquiatria. p.280.

Se for comprovada a insanidade mental deverá o réu ser internado em manicômio judiciário seguindo-se o artigo 682 e seguintes do Código de Processo Penal Brasileiro.

Art. 682 - O sentenciado a que sobrevier doença mental, verificada por perícia médica, será internado em manicômio judiciário, ou, à falta, em outro estabelecimento adequado, onde lhe seja assegurada a custódia.

§ 1º - Em caso de urgência, o diretor do estabelecimento penal poderá determinar a remoção do sentenciado, comunicando imediatamente a providência ao juiz, que, em face da perícia médica, ratificará ou revogará a medida.

§ 2º - Se a internação se prolongar até o término do prazo restante da pena e não houver sido imposta medida de segurança detentiva, o indivíduo terá o destino aconselhado pela sua enfermidade, feita a devida comunicação ao juiz de incapazes.²⁴

Os laudos psiquiátricos podem apontar também a presença de distúrbio de personalidade que os classificarão como semi-imputáveis – tem capacidade de entender o caráter ilícito do ato, mas é incapaz de agir de acordo com este entendimento, o que lhe garante a redução de dois terços da pena.

O exame de estado mental pode ser o ponto crucial entre a prisão e o manicômio judiciário, porém denotou-se que é muito difícil provar a psicopatia nos crimes cometidos pelos psicopatas, visto que eles não são doentes mentais como vimos neste trabalho. Os psicopatas não possuem características que os diferenciam de pessoas normais, geralmente a psicopatia passa despercebida e os crimes cometidos por eles, geralmente, vão à júri popular no qual leigos julgarão seus crimes.

Com fulcro nas pesquisas, identificou-se que os juristas brasileiros vem considerando os psicopatas como inimputáveis e, algumas vezes como semi imputáveis, visto que possuem consciência de seus atos o que os excluem de ser considerados como doentes, e sim como frios e calculistas.

Conforme atesta Rogério Greco:

Ao inimputável que pratica um injusto penal o Estado reservou a medida de segurança, cuja finalidade será levar a efeito seu tratamento. Não podemos afastar a medida de segurança, além de sua finalidade curativa, aquela de natureza preventiva especial, pois,

²⁴ Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. p. 667.

tratando o doente, o Estado espera que este não volte a praticar qualquer fato típico e ilícito.²⁵

Sabe-se que a prisão não é útil aos psicopatas, não os trata, muito menos os recupera, visto que sua cura, quase sempre, não existe. Há necessidade de dar-lhes um tratamento diferenciado em relação aos demais com acompanhamento de médicos psiquiatras, ou seja, os psicopatas merecem um tratamento fidedigno, visto que seu transtorno de personalidade os torna semi-imputáveis, poderia ter como forma de tratamento diferenciado a realização de terapias ocupacionais o que os auxiliaria na resocialização.

Denota-se que somente o tratamento somente com terapias psicológicas não adiantaria para os mesmos pois falta-lhes o elemento essencial para o tratamento psicológico visto que os psicopatas não possuem vínculo emocional o que compromete, e muito, o tratamento.

Assim vislumbra Jorge Trindade:

[...]Para que o comportamento humano se modifique mediante terapia é necessário que haja um vínculo emocional entre terapeuta e paciente, mútua cooperação e sinceridade. Estes são justamente os critérios que o psicopata não cumpre.²⁶

Necessita-se de um tratamento diferenciado para os psicopatas, tendo em face sua carência afetiva o que o prejudicaria, e muito, em um estabelecimento prisional, sendo assim nada mais útil do que a aplicação das terapias ocupacionais.

Com base nas pesquisas vislumbra-se:

Creio que em todos os lugares onde a terapia ocupacional é respeitada, ela poderá, em cordial interdisciplinaridade, cumprir propósitos da reabilitação psicossocial.²⁷

Denota-se então que uso da terapia ocupacional nos pacientes com psicopatia pode prevenir e tratar suas dificuldades psicossociais.

5. FALTA DE LEGISLAÇÃO

²⁵ GRECO, Rogério. Curso de direito penal. p.665.

²⁶ TRINDADE, Jorge. Psicopatia - a máscara da justiça. p.140.b

²⁷ BENETTON, Maria José. TERAPIA OCUPACIONAL E REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL? **Rev. Ter. Ocup. Iniv.** São Paulo, v. 4/7, p. 53-58, 1993/6.. Disponível em: <<http://www.jobenetton.pro.br/rebili.htm>>. Acesso em: 31 maio 2013.

Um dos maiores problemas é a falta de legislação sobre o tema supracitado, assim o Brasil acaba enquadrando doentes mentais como psicopatas.

Denota-se que nos últimos anos tem havido um interesse crescente a respeito dos psicopatas, observa-se isto através do percurso da lei e proteção a estes indivíduos, como o decreto número 24.559, de 03 de julho de 1934, que dispunha sobre a assistência e proteção á pessoas e aos bens dos psicopatas, ficando assim instituído o conselho de proteção aos psicopatas o qual foi extinto em 18 de novembro de 1944 que qual criou o hospital de psiquiatria, já em 2001 foi instituída a lei da reforma psiquiátrica lei número 10.216/ 2001, de 06 de abril de 2001²⁸ a qual propõe no modelo de tratamento aos portadores de transtorno mental..

Deve-se garantir o tratamento adequado aos psicopatas, salienta-se que não há duração determinada ao tratamento.

Conforme Fiorelli:

Os estereótipos da periculosidade encobrem o sofrimento; assim, saúde e justiça devem caminhar juntas na construção de processos socioeducativos e de desistitucionalização.²⁹

De maneira geral os juízes aplicam as sanções previstas no artigo 26 do Código Penal, diminuindo a pena em comparação aos imputáveis considerando-os assim como inimputáveis, e lhes são impostas medidas de segurança.

Sabe-se que os psicopatas necessitam de supervisão constante, porém destaca-se que o Estado não fornece tratamento adequado aos doentes³⁰. Deve-se tratar a medida de segurança como remédio, e o Estado deve estar ciente de que não pode-se libertar completamente o paciente, pois este voltará a representar perigo para a sociedade e para si próprio.³¹

Como destaca Jorge Trindade:

O que fazer? Encarcerá-los até que cheguem a uma idade em que não representem mais risco para a sociedade? Constrange-los a participar de programas de tratamento com poucas possibilidades de

²⁸ MACEDO, Camila Freire. Evolução das políticas de saúde mental e da legislação psiquiátrica no Brasil. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/8246/a-evolucao-das-politicas-de-saude-mental-e-da-legislacao-psiquiatrica-no-brasil>. acesso em 28 de março de 2013.

²⁹ FIORELLI, José Osmir. Psicologia Jurídica. p.114.

³⁰ GRECO, Rogério. Curso de direito penal. p.661.

³¹ GRECO, Rogério. Curso de direito penal. p.663.

êxito, enganando a eles e nós mesmos? Talvez, o melhor caminho seja o de conjugar esforços para desenvolver procedimentos inovadores especificamente destinados ao delinquente psicopata, no campo das neurociências, da psiquiatria e da psicologia, ou mesmo do controle do comportamento e monitoração eletrônico. O tempo, como sempre, será o senhor da razão.³²

Destaca-se então que a medida de segurança, imposta pelo Estado, funciona como prevenção para que o psicopata não torne a praticar delitos; no caso dos psicopatas sabe-se que a cura inexistente, portanto este deve ter tratamento contínuo, evitando assim que o mesmo cometa novas infrações penais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, voltando novamente ao tema, tem-se que, à luz da legislação brasileira e da psicologia jurídica, os comportamentos antissociais e os traços psicopatas representam ainda hoje um verdadeiro desafio.

Este tema nos traz a inquietude mental. Sabe-se que os psicopatas, são indivíduos imperceptíveis aos olhos, seres iguais a nós que estão ao nosso redor, porém desprovidos de consciência. A única alternativa que nos resta é ficar atento para a intensidade que os sintomas se manifestam.

De acordo com a literatura pesquisada há tempos que os psicopatas vivem entre nós, cometendo crimes e manipulando pessoas, com seus desvios de conduta e personalidade; o que ainda nos assusta é saber que cometem crimes de forma consciente, infringem a Lei e reproduzem sentimentos para atrair suas vítimas.

Deixou-se claro, no decorrer do conteúdo pesquisado, que os psicopatas estão inseridos em todas as sociedades, não importa o tamanho da cidade ou a classe social, ficou claro ainda que os portadores de psicopatia são desprovidos de qualquer sentimento seja de amor ou culpa.

A Psicologia Jurídica busca melhorar o tratamento dos Psicopatas tornando sua punição uma causa de ressocialização com qualidade de vida e respeito, nada mais justo que a aplicação de terapias ocupacionais para o tratamento fidedigno do psicopata.

³² TRINDADE, Jorge. Psicopatia - a máscara da justiça. p.24.

STEFFENS, Alessandra Patrícia; WERLE, Ildo Miguel. Ineficácia do tratamento dado ao psicopata no atual sistema brasileiro segundo a psicologia jurídica. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, p. 36-49, 4º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

Sabe-se então que a prisão não lhes é útil e as medidas de segurança a eles impostas é inócua. Deve-se condicionar a execução da medida de segurança a terapias não só psicológicas mas também ocupacionais proporcionando aos portadores de psicopatia e a sociedade maior segurança.

STEFFENS, Alessandra Patrícia; WERLE, Ildo Miguel. Ineficácia do tratamento dado ao psicopata no atual sistema brasileiro segundo a psicologia jurídica. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, p. 36-49, 4º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

REFERÊNCIAS

BENETTON, Maria José. terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível? **Rev. Ter. Ocup. Iniv. São Paulo**, v. 4/7, p. 53-58, 1993/6.. Disponível em: <<http://www.jobenetton.pro.br/rebili.htm>>. Acesso em: 31 maio 2013.

BRASIL. **Lei 10.216**, de 06 de abril de 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 28 de março de 2013.

BRITO, Leila Mara Torraca de - **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CHALUB, Miguel. **Introdução a Psicopatologia Forense**: entendimento e determinação. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1981.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Direito e Psicanálise**: interseções a partir de "o processo" de Kafka. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

EY, Henri. **Manual de Psiquiatria**. 2 ed. Rio de Janeiro: 1981

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREUD, Sigmund. **Psicopatologia da Vida Cotidiana**. Traduzido por Álvaro Cabral. 3 ed. - Rio de Janeiro – Zahar Editores.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

LANDRY, Michel. **O Psicopata no Tribunal**: o processo de perícia psiquiátrica em justiça penal; tradução de Jurema Franco Camargo; supervisão editorial de João Pedro Mendes – São Paulo: Pioneira: Editora de Universidade de São Paulo, 1981.

LEITE, Alessandro Ferreira (Ed.). **Terapia ocupacional**. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/padroes-de-projeto/957#>>. Acesso em: 30 maio 2013.

MACEDO, Camila Freire. **Evolução das políticas de saúde mental e da legislação psiquiátrica no Brasil**. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/8246/a-evolucao-das-politicas-de-saude-mental-e-da-legislacao-psiquiatrica-no-brasil>. acesso em 28 de março de 2013.

MAGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Direito Penal - Parte Geral** - artigos 1º a 120. 3 Ed. - Bauru, SP: Edipro, 2002.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal** parte geral. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STEFFENS, Alessandra Patrícia; WERLE, Ildo Miguel. Ineficácia do tratamento dado ao psicopata no atual sistema brasileiro segundo a psicologia jurídica. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, p. 36-49, 4º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal parte geral**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PALOMBA, Guido Arturo. **Psiquiatria Forense: noções básicas**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1969.

TABORDA, José G.V.. **Rotinas em Psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

TALBOTT, John A. **Tratado de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TRINDADE, Jorge. **Psicologia Judiciária: para a carreira da magistratura** / Jorge Trindade, Elise Karam Trindade, Fernanda Molinari. 2 ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

TRINDADE, Jorge. **Psicopatia - a máscara da justiça**/ Jorge Trindade, Adréa Behregaray, Mônica Rodrigues Cuneo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Vade Mecum/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 8 Ed. atual e amp. – São Paulo: Saraiva 2009.